

Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Sete de Setembro, 1.950
13560-180 - São Carlos, SP - Brasil
Caixa Postal 708
13560-970 - São Carlos, SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 2106-6700
Fax 55 (16) 2106-6767
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e aos Acionistas da
Agropecuária Nova Europa S.A.
Nova Europa - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Agropecuária Nova Europa S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Nova Europa S.A. em 31 de março de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Carlos, 20 de junho de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Agropecuária Nova Europa S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	45	46	Impostos e contribuições a recolher	8	5	62
Contas a receber de clientes		30	-	Passivo fiscal corrente		2	-
Impostos a recuperar		1	4	Salários e férias a pagar		3	3
Ativo fiscal corrente		2	-	Adiantamentos de clientes	6	1.592	3.459
Outras contas a receber		33	32	Dividendos a distribuir	6	2.504	-
Total do ativo circulante		111	82	Total do passivo circulante		4.106	3.524
Depósitos judiciais		29	28	Passivo fiscal diferido	13	44.185	44.211
Total do realizável a longo prazo		29	28	Total do passivo não circulante		44.185	44.211
Imobilizado	7	137.665	137.694	Patrimônio líquido	9		
Total do ativo não circulante		137.665	137.694	Capital social		3.055	3.055
				Reserva de lucros		768	1.260
				Reservas de reavaliação		81.720	81.720
				Ajustes de avaliação patrimonial		3.971	4.034
				Total do patrimônio líquido		89.514	90.069
Total Ativo		137.805	137.804	Total do passivo e patrimônio líquido		137.805	137.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de Março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Vendas de produtos	10	8.497	7.980
Custos dos produtos vendidos		<u>(29)</u>	<u>(189)</u>
Lucro bruto		<u>8.468</u>	<u>7.791</u>
Despesas administrativas e gerais	11	(477)	(516)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		<u>65</u>	<u>41</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>8.056</u>	<u>7.316</u>
Receitas financeiras	12	2	1
Despesas financeiras	12	(6)	(284)
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas		<u>(4)</u>	<u>(283)</u>
Lucro antes dos impostos		8.052	7.033
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(269)	(250)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>26</u>	<u>55</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>7.809</u></u>	<u><u>6.838</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de Março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	7.809	6.838
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>7.809</u></u>	<u><u>6.838</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros - Lei 11.638/07	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2012	3.055	611	963	81.720	4.159	-	90.508
Dividendos distribuídos	-	-	(963)	-	-	-	(963)
Atencipação de Dividendos	-	-	-	-	-	(6.314)	(6.314)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(125)	125	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.838	6.838
Destinações:							
Reserva de retenção de lucros	-	-	649	-	-	(649)	-
Saldos em 31 de Março de 2013	3.055	611	649	81.720	4.034	-	90.069
Dividendos distribuídos	-	-	(649)	-	-	-	(649)
Atencipação de Dividendos	-	-	-	-	-	(7.715)	(7.715)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(63)	63	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.809	7.809
Destinações:							
Reserva de retenção de lucros	-	-	157	-	-	(157)	-
Saldos em 31 de Março de 2014	<u>3.055</u>	<u>611</u>	<u>157</u>	<u>81.720</u>	<u>3.971</u>	<u>-</u>	<u>89.514</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de Março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.809	6.838
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação, exaustão e amortização:		
Agrícola	136	240
Custo na venda de imobilizado, investimento e intangível	(96)	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26)	(55)
Juros de empréstimos-mútuos provisionados	-	37
	<u>7.823</u>	<u>7.094</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução no contas a receber de clientes	(30)	-
(Aumento) redução no impostos a recuperar	3	(1)
(Aumento) redução de outras contas a receber	(1)	4
(Aumento) redução com depósitos judiciais	(1)	-
(Redução) aumento dos impostos e contribuições a recolher	201	89
(Redução) aumento dos salários e férias a pagar	-	(1)
(Redução) aumento com adiantamentos de clientes - Partes Relacionadas	<u>(1.867)</u>	<u>1.818</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(269)</u>	<u>(250)</u>
Caixa e equivalentes de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>5.859</u>	<u>8.753</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos distribuídos	(5.860)	(7.277)
Aumento de empréstimos-mútuos (partes relacionadas)	-	1.046
Empréstimos - mútuo pagos	-	(2.477)
Empréstimos e financiamentos pagos	<u>-</u>	<u>(16)</u>
Caixa e equivalente de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	<u>(5.860)</u>	<u>(8.724)</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1)</u>	<u>29</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	46	17
No fim do exercício	<u>45</u>	<u>46</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1)</u>	<u>29</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nova Europa S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa - SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições usuais de mercado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de Junho de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do ativo imobilizado mensurado pelo custo atribuído na data de transição e reconhecido no balanço patrimonial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 3.b.ii - Vida útil de ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 13 - Passivo fiscal diferido;
- Nota Explicativa nº 14 - Instrumentos financeiros.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os

empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos, arrendamento mercantil, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

(iii) *Capital social*

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados por Assembleia Geral Ordinária e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

b. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Terrenos não são depreciados.

A vida útil anual para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Contas	Anos
Móveis e utensílios	8
Veículos e implementos rodoviários	5
Máquinas e implementos agrícolas	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

c. **Ativos arrendados (leasing)**

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 3.b.ii. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

d. **Redução ao valor recuperável (impairment)**

O ativo imobilizado tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos em 31 de março de 2014 e 2013.

e. **Benefícios a empregados**

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

h. Arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e arrendamentos mercantis. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciado após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2010), IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e a contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

k. Imposto de renda e contribuições social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% da receita de venda, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.

Contribuição social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

l. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

4 Determinação de valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo dos ativos não financeiros. O valor justo tem sido determinado para propósitos de mensuração baseado no método abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas do ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa: São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação; e
- Os empréstimos e arrendamentos mercantis estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Caixas e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2014	2013
Caixa e bancos	1	46
Aplicações financeiras	44	-
	<hr/> 45	<hr/> 46

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 14.

6 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com companhia relacionada, conforme demonstrado a seguir:

		2014		2013	
	Relacionamento	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Venda de cana-de-açúcar					
Usina Santa Fé S.A.	Relacionada	-	8.930	-	8.214
		-	8.930	-	8.214
Passivo circulante					
<i>Empréstimos - mútuos</i>					
Usina Santa Fé S.A.	Relacionada	-	-	-	(37)
		-	-	-	(37)
Adiantamento para futuro fornecimento de cana-de-açúcar					
Usina Santa Fé S.A.	Relacionada	1.592	-	3.459	-
		1.592	-	3.459	(37)
Dividendos a distribuir					
Acionistas	Pessoa jurídica	2.504	-	-	-

Adiantamento para futuro fornecimento de cana-de-açúcar - Usina Santa Fé

Refere-se, basicamente, a adiantamentos provenientes da venda de cana-de-açúcar para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A. O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA.

7 Imobilizado

a. Movimentação do custo

	Total Saldo Inicial	2013			Saldo Final Total	2014			Saldo Final Total
		Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	Transferências	
Terras	137.257			-	137.257	-	(5)	-	137.252
Móveis e Utensílios	26	-	-	-	26	-	-	-	26
Veículos e implementos rodoviários	1.925	-	(128)	-	1.797	-	(92)	-	1.705
Máquinas e implementos agrícolas	1.068	-	(35)	-	1.033	-	(58)	-	975
Outros	16	-	-	-	16	-	-	-	16
	140.292	-	(163)	-	140.129	-	(155)	-	139.974

b. Movimentação da depreciação

	Saldo Inicial Total	2013			Saldo Final Total	2014			Saldo Final Total
		Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e Utensílios	(18)	(2)		-	(20)	(1)	-	-	(21)
Veículos e implementos rodoviários	(1.398)	(191)	94	-	(1.495)	(101)	185	-	(1.411)
Máquinas e implementos agrícolas	(903)	(47)	35	-	(915)	(34)	78	-	(871)
Outros	(5)	-	-	-	(5)	-	-	-	(5)
	(2.324)	(240)	129	-	(2.435)	(136)	263	-	(2.308)
Valor líquido contábil	137.968				137.694				137.665

8 Impostos e contribuições a recolher

	2014	2013
INSS - Parcelamento	-	61
INSS - Funrural	3	1
Outros	2	-
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>5</u>	<u>62</u>

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em março/2013).

b. Reservas

- **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- **Reserva de reavaliação** - Constituída basicamente em decorrência da reavaliação de terras. Em atendimento à prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia registrou o imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes da reavaliação sobre ativos não depreciables (terras) no montante de R\$ 42.098.

A reserva de reavaliação será realizada na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

d. Remuneração aos acionistas

A Companhia poderá deliberar, em reunião de acionistas, a respeito da distribuição dos lucros. Os lucros poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras.

10 Receita líquida

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de cana-de-açúcar para a parte relacionada Usina Santa Fé S.A. Abaixo, é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2014	2013
Outras receitas	8.930	8.214
Receita bruta fiscal	8.930	8.214
Menos:		
Impostos sobre vendas	(433)	(234)
Devoluções e abatimentos	-	-
Total de receita contábil	<u>8.497</u>	<u>7.980</u>

11 Despesas operacionais por natureza

	2014	2013
Despesas operacionais por natureza:		
Depreciação e amortização	21	25
Despesa com pessoal	51	88
Impostos e taxas	351	307
Outras despesas	54	96
	<u>477</u>	<u>516</u>
	=	
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Despesas administrativas e gerais	<u>477</u>	<u>516</u>

12 Financeiras líquidas

	2014	2013
Receitas com operações financeiras	1	-
Juros atualização créditos tributários e contingências	1	1
	<u>2</u>	<u>1</u>
Juros conta corrente mercantil	(6)	(22)
Juros tributários - parcelamento e contingências	-	(3)
Descontos concedidos	-	(227)
Juros demais operações	-	(32)
	<u>(6)</u>	<u>(284)</u>
Financeiras Líquidas	<u>(4)</u>	<u>(283)</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2014			2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional bruta						
Receita de vendas de cana-de-açúcar	8.930	8.930		8.214	8.214	
Outras receitas	38	38				
	8.968	8.968		8.214	8.214	
Alíquota de presunção	8%	12%		8%	12%	
	714	1072		657	986	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	(170)	(99)	(269)	(161)	(89)	(250)
 Imposto de renda e contribuição social corrente			<u>(269)</u>			<u>(250)</u>

Em 31 de março de 2014 e 2013, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre os seguintes valores-base:

	Saldo em março de 2012	2013		2014	
		Reconhecidos no resultado	Saldo em março de 2013	Reconhecidos no resultado	Saldo em março de 2014
Passivo circulante					
IRPJ e CSLL a pagar	-		-		2
Passivo não circulante					
Imobilizado - Reavaliação	42.098	-	42.098	-	42.098
Imobilizado - Custo atribuído	2.142	64	2.078	33	2.045
Imobilizado - Depreciação Econômica	26	(9)	35	(7)	42
	<u>44.266</u>	<u>55</u>	<u>44.211</u>	<u>26</u>	<u>44.185</u>
 Líquido	<u>(44.266)</u>	<u>55</u>	<u>(44.211)</u>	<u>26</u>	<u>(44.185)</u>

14 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de algumas variáveis, como preço dos produtos, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que as Companhias usualmente utilizam. Esses riscos geralmente são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua na gestão operacional e econômico-financeira da Companhia.

A Agropecuária Nova Europa S.A., pelo fato de possuir substancialmente terras em seu ativo e essas terras serem objeto de instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições normais de mercado, ou seja, a Companhia não exerce atividade produtiva, a administração enxerga que ela não está exposta a nenhum risco financeiro comumente gerenciado, que são risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional ou risco de capital.

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 31 de março de 2013, de acordo com a Administração da Companhia, não estão sujeitos a riscos financeiros, de oscilações de preços de mercado ou qualquer um dos riscos acima expostos.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os métodos e as premissas adotados na determinação do valor de justo estão resumidos na Nota Explicativa nº 4.

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.
- Os arrendamentos mercantis estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas e decorrentes de fontes de financiamento específicas.

A Administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações referem-se preponderantemente a financiamentos com taxas equiparadas a taxas de mercado. Dessa forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A Companhia classificou todos os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo como nível 1 (preços cotados - não ajustados - em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos) para os exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013.